**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Mayara dos Santos[[1]](#footnote-1)

Daiana Cristina Luhm[[2]](#footnote-2)

Ananda Blauth[[3]](#footnote-3)

Jocineli Polis Colombo[[4]](#footnote-4)

Daniely Ienerich Kaktin[[5]](#footnote-5)

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar brevemente o financiamento da Educação Infantil no Brasil. O trabalho subdivide-se em tópicos onde faz-se uma retomada história acerca do financiamento da educação de modo geral. A partir disso é feita uma explanação a respeito da educação infantil no contexto histórico do financiamento à educação sendo apontadas leis como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 consideradas importantes documentos no tocante a educação básica.

**A educação infantil no contexto histórico do financiamento à educação**

O atendimento dos alunos na educação infantil no Brasil não se efetivou a um tempo tão considerável. Antigamente estas instituições eram pautadas no assistencialismo, visando apenas um lugar que se podia deixar as crianças, sem um cunho educacional.

Pois a maioria das mulheres não havia adentrado no mercado de trabalho e tinham por obrigação cuidar do lar e, consequentemente, dos filhos, por isso não se tinha a necessidade por parte do governo em pensar alguma política pública permanente para a educação infantil, sendo as instituições da época consideradas apenas um depósito de crianças.

Depósito o qual foi sanando a necessidade que a implementação do capitalismo foi exigindo na época. Muitas mulheres uniam-se para cuidar umas dos filhos das outras, ou seja, aquela que não trabalhava cuidava do filho daquelas que tinham um emprego. Com o tempo, a situação se agravou, o que motivou os operários a se organizarem e fazerem protestos em prol de condições melhores, tanto para a vida pessoal, bem como para o trabalho.

Para se ter o enfraquecimento desses grupos, os proprietários das empresas começaram a ceder creches e escolas para os filhos de seus operários, podendo a mulher continuar a adentrar no mercado de trabalho.

Com isso, várias mulheres ricas, organizaram instituições e criaram várias creches para orientar as mulheres de como cuidar do lar e dos filhos era importante, enfatizando que as creches eram inadequadas para manter as crianças. Promovendo até mesmo concursos do bebê mais bonito ou o que tinha uma saúde melhor, dando-lhes prêmios, incentivando que as mesmas permanecessem em seus lares, e com seus filhos.

Com toda essa repercussão das creches e das mulheres no mercado de trabalho, em 1922 o Estado organizou o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Neste congresso chegou-se a conclusão de que as creches buscavam melhorar a situação precária de certas famílias e tentar combater a mortalidade infantil, bem como atender os filhos das operárias, mostrando-lhes os benefícios do lar e da família para se criar os filhos, enfatizando novamente a importância do lar e da permanência da mulher no mesmo.

Então, em 1934 com a criação do Ministério da Educação, comandado pelo ministro Francisco Campos, teve-se recursos destinados para a educação assegurados na Constituição de 1934, a qual infelizmente foi revogada pelo poder militar em 1937, e em 1946 ela foi retomada, e em 1967, novamente teve-se sua revogação em decorrência da ditadura militar. Devido a isso “[...] conquistas foram mitigadas, inclusive frustrando os programas de educação popular que emergiram no país, perseguindo, torturando e exilando os seus mentores mesmos” (MACÊDO e DIAS 2011, p. 168).

Mesmo se passando muito tempo, ainda se continuava com o discurso que a relação que a mãe tinha com seu filho era muito importante e essa falta poderia prejudicar, fazendo que lhe surgissem personalidades diferentes, podendo se tornar um delinquente ou até mesmo um psicopata.

Contudo, em meados de 1970, constitui-se muitos movimentos sociais que lutavam em prol da educação destinada a atender a faixa etária de alunos com até seis anos de idade, com isso surgiu uma creche que se fazia mais efetiva tanto para seus alunos, bem como para as famílias e a sociedade em si.

A partir de 1975, houve então, por intermédio do Ministério de Educação e Cultura a preconização da Coordenação de Educação Pré-Escolar e mais adiante por volta de 1977 criou-se o Projeto Casulo, a qual tinha o intuito de atender crianças de 0 a 6 anos de idade.

Com a instituição do Projeto Casulo as mães tiveram então o tempo hábil para estarem ingressando no mercado de trabalho. E nas últimas décadas, a procura por esse atendimento aumentou significativamente. Devidos á fatores tais como:

[...] o fenômeno da urbanização e da industrialização, as mudanças na organização familiar, a participação da mulher no mercado de trabalho, além da legislação internacional, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção Mundial dos Direitos da Criança de 1989, que sinalizam para a garantia do acesso à educação nos primeiros anos de vida (MACÊDO; DIAS 2011, p. 166).

Um dos fatores mais importantes foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, garantindo em lei a educação para todos, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) a qual veio para dar ênfase a esse direito, incluindo a educação básica.

Sendo assim, a criança, segundo a Constituição Federal de 1988, passou a ser um sujeito de direitos, os quais deveriam ser respeitados por toda a sociedade, e dando pleno respaldo às famílias que precisassem do atendimento para seus filhos de até seis anos de idade, ou seja, em creches e pré escola.

 Apesar de parecer contraditório, pelo fato do atendimento nem sempre ter primado pela qualidade e atenção às necessidades das crianças, essas ações foram importantes para a constituição histórica do que chamamos hoje de Educação Infantil e principalmente para a infância.

A história da infância assume um papel importante na sociedade, e a criança passa a ser entendida como sujeito histórico, social e cultural nas relações sociais.

[...] As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc. [...] Não se trata apenas da educação infantil: a história da educação em geral precisa levar em conta todo o período da infância, identificada aqui como condição da criança, com limites etários amplos, subdivididos em fases de idade, para as quais se criaram instituições educacionais específicos. (KUHLMANN JR., 2010, p.16).

Criou-se dois anos após a Constituição Federal ser promulgada, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. O ECA foi criado a fim de garantir a proteção integral da criança e do adolescente. Haja vista que no artigo 3° a criança passou a ter seu direito garantido, sendo assim “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, [...] a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, s/p).

 A infância passou a ser considerada com maior responsabilidade e zelo. Pois o ECA deixa muito claro que é dever do Estado, da família e da comunidade assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Caso ocorra negligência dos direitos, os responsáveis serão punidos.

 No ano de 1996, é sancionada uma nova LDB, cujo intuito é substituir a primeira, ampliando e modificando as diretrizes educacionais. A LDB foi promulgada a partir da Lei n° 9.394, sendo esta a legislação que determina amparos legais para a educação no geral, e também reformula a Educação Básica, que passa ser constituída pelos níveis de: Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio. A LDB 9.394/96 apesar de propor inovações à educação, não reconfigurou a educação nacional, portanto Abbade afirma que

Neste aspecto, a LDB cumpre o papel de ancorar as políticas educacionais do governo federal. Não se pode esquecer que a Lei deve ser compreendida no contexto da política educacional inserida na política mais ampla do atual governo, fortemente aglutinado em torno de um projeto neoliberal, com critérios norteadores de suas ações baseados na minimização do papel do Estado em relação às questões sociais (ABBADE, 1998, p. 41).

 Neste contexto, atualmente, a educação brasileira está regulamentada pela LDB n° 9.394/96 que além de determinar os níveis da Educação Básica, ainda traz modalidades de ensino, tais como Educação Especial que pouco estava prevista na LDB n° 4.024/61 apenas com dois artigos, e traz também a Educação Indígena, do Campo que não estavam presentes na outra LDB. A atual lei determina e regulariza também o Ensino Superior, trata da responsabilidade das esferas governamentais, e estabelece alguns critérios para a educação como o mínimo de duzentos dias letivos cada ano, sobre o que os currículos devem conter, trata das disciplinas a serem trabalhadas nas escolas, entre outras determinações.

**O financiamento da educação em âmbito geral**

O financiamento da educação pública no Brasil emana de recursos públicos arrecadados por meio de receitas de impostos da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Os recursos destinados a educação derivam de duas fontes principais. A primeira, responsável por cerca de 20% do total de verbas, é o salário-educação, uma contribuição social feita pelas empresas ao governo com valor correspondente a 2,5% da folha de pagamento anual. Os outros 80% vêm dos impostos, que são convertidos em orçamento municipal, estadual ou federal.

 Nestesentido a Constituição Federal de 1988no artigo 212,determina que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988, s/p). O artigo 212 regulamenta também nos incisos 3°e 5° que a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório; e que a educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas.

 Nesta perspectiva, os recursos antes destinados a Educação Infantil eram oriundos de verbas da assistência social, pois esta etapa até 1988 era subsidiada e de responsabilidade do assistencialismo.

 O texto do artigo 212 da Constituinte passou por modificações no ano de 1996 pela Emenda Constitucional n° 14 que criou o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - mais conhecido como FUNDEF e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição. O ADCT antes regulamentava que a União deveria aplicar no mínimo cinquenta por cento das receitas de impostos para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. Entretanto o governo federal não legitimou o cumprimento da lei, e esta precisou ser modificada e reduzida à trinta por cento, paraentão começar a ser efetivada pois neste período pouco se fez para transformar essa realidade.

 No mesmo ano a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/96 determina também em seus artigos 68 e 69 o financiamento da educação no Brasil, sendo os meios e as porcentagens iguais aos do artigo 212 da Constituição Federal, seguindo conforme o texto modificado neste ano.

 O FUNDEF então foi o financiamento destinado à educação de 1998 até o ano 2006. Os recursos eram destinados somente ao ensino fundamental anos iniciais e finais. A educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos não eram pertencentes a este fundo.

 A partir de 2007, com a Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 o FUNDEF foi encerrado e o Fundo de Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB veio substituí-lo. O FUNDEBpassou a englobar toda a educação básica, inclusive a educação infantil. Nesse sentido, Kramer relata que

[...] se as crianças são cidadãs e a educação infantil é seu direito, não destinar recursos é abrir mão de concretizá-lo; é negar esse direito às populações infantis. E o custo social deste descaso será inestimável”(KRAMER, 1999, s/p).

 Do montante total, a maior parte dos recursos, cerca de 60% do total é destinada ao pagamento de gestores, professores e funcionários. Em média, 27% são destinados à manutenção e ao funcionamento das instituições de ensino, 6,6% para reformas e construções de novas escolas, 6% para os chamados encargos sociais e apenas 0,4% na área de pesquisa e desenvolvimento. (INEP/MEC, 2007).

 Neste sentido, segundo a revista Nova Escola, 64% dos recursos arrecadados vão para o Ensino Fundamental, 13% para o Ensino Médio e 7,5% para a Educação Infantil. O Ensino Superior fica com uma fatia de 15,5%, sendo este o mais elevado de todos os níveis de ensino.

**A educação infantil no FUNDEF e no FUNDEB**

Como já mencionado, a história da Educação Infantil no financiamento à educação de modo geral é relativamente recente no Brasil. É somente com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN de 1996 que inicia-se um processo de superação quanto ao tratamento diferenciado que havia até então entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. É por meio dessa lei que amplia-se o atendimento da Educação Infantil. É importante ressaltar que até 1988 o atendimento a essa faixa etária estava voltado em proporcionar apenas cuidados assistenciais, prezando-se mais em zelar os aspectos físicos, de saúde e de alimentação.

Segundo Pinto (2004) apud Gaspar (2010) houve um impacto relativo em vários aspectos da Educação Infantil com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1998. Como o FUNDEF direcionava apenas ao financiamento do Ensino Fundamental, houve um grande aumento nas matrículas nessa etapa da educação e em contrapartida na Educação Infantil ocorreu à redução da oferta de vagas. Segundo o INEP, em 2006 houve um decréscimo de 2,3%. No entanto as matrículas tiveram um aumento de 1% em relação ao ano anterior. E na pré-escola o decréscimo chegou à porcentagem de 3,5 (GASPAR, 2010).

 É importante ressaltar que apesar da amplitude de vagas no Ensino Fundamental, de 27 milhões para 35 milhões em 2002, proporcionado por meio do FUNDEF, não significou que houve uma melhora na qualidade da educação e nem o alcance da valorização dos profissionais do magistério como era previsto, isso no que concerne ao Ensino Fundamental.

Outro advento que evidencia que a Educação Infantil acabou sendo deixada de lado é a questão da implementação do Ensino Fundamental de nove anos[[6]](#footnote-6). Pois com isso, os esforços aumentaram ao poder municipal em atender e cumprir essa crescente demanda sobreposto, desincumbindo de seu papel de atendimento para com a Educação Infantil. Compreendemos que o FUNDEF possuía muitas limitações e o governo federal tinha um peso muito reduzido no financiamento da educação básica, com isso a Educação Infantil fazendo parte dessa modalidade, e por não ser contemplada no financiamento, estava impossibilitada em avançar.

Foi a partir de 2006, dez anos depois da Educação Infantil ser instituída como parte da Educação Básica pela LDB 9394/96, que essa modalidade de ensino foi incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB[[7]](#footnote-7).

Por meio desse novo Fundo, houve possibilidades de exigência em relação às administrações municipais pela ampliação de vagas e um acompanhamento mais de perto da qualidade do atendimento, prevendo em lei a garantia de recursos. Um dos problemas enfrentados pela administração pública era de efetivar aquilo que contemplava na LDB, a garantia de um atendimento socioeducativo.

Portanto é a partir do FUNDEB que percebe-se um relativo aumento na oferta da educação infantil etapa creche, de zero a três anos. Entretanto, além do repasse dos recursos financeiros para a Educação Infantil compreendida no FUNDEB, o mesmo garante, pelo menos em teoria, a integralidade e integridade desde o nascimento ao incluir a creche. Foi muitos anos de lutas e discussões sobre a importância do financiamento na Educação Infantil para que acabasse com o modelo assistencialista e conquistasse a relevância social, educacional e política, garantindo o direito da criança à educação nesse espaço de ensino, pois a intenção era utilizar recursos da assistência social ao invés dos da educação. Se a Educação Infantil não tivesse sido abrangida no fundo, muito provável que ocorreria um retrocesso no que tange às questões pedagógicas.

Outra característica importante que veio com o novo Fundo, diz respeito ao estabelecimento do piso salarial nacional dos profissionais para o magistério da Educação Básica, inclusos também a Educação Infantil sem distinção entre os níveis de ensino. Houve uma conquista quanto a isso, mas não devemos esquecer que ainda não existe o mesmo tratamento salarial em comparação aos outros professores da educação básica, mas que pode estar a caminho de ser conquistado.

Com a inclusão da Educação Infantil no financiamento, materializa o conceito de que a Educação Básica proporciona uma formação mínima, necessária e integral ao sujeito, e não somente no Ensino Fundamental como estava evidente no FUNDEF. Segundo Gaspar “Isto significa dar à Educação Infantil o *status* de base, o que compreende que é desde o nascimento que se começa a organizar as estruturas neurológicas e psíquicas que dão sustentação a todo o percurso educacional da pessoa” (GASPAR, 2010, p. 132).

**O Financiamento da Educação no Brasila partir da Constituição de 1988 e a LDB (9394/96).**

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) são documentos significativos em relação à educação infantil.

A organização do sistema educacional brasileiro, segundo a Constituição Federal e LDB, se caracteriza pela divisão de competências e responsabilidades entre a União, os estados e municípios, o que se aplica também ao financiamento e à manutenção dos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino.

A oferta e manutenção da educação infantil segundo a CF e a LDB é responsabilidade dos municípios com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.O valor aplicado para manutenção e desenvolvimento do ensino é previsto para dezoito por cento (18%) em relação à união e vinte e cinco por cento (25%) em relação aos estados e municípios. De acordo com a Constituição Federal no artigo 211 e 212:

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Até 1988, o atendimento às crianças até 6 anos, como já citado anteriormente, era concebido como uma atividade assistencialista. Somente com a promulgação da Constituição, em seu artigo 208 (IV), é que o atendimento à criança de zero a seis anos passou a ser reconhecido como de natureza educativa.

[...] a promulgação da Constituição de 1988 representou momento de ampla participação da sociedade civil e de organismos governamentais na afirmação dos direitos da criança, e dentre eles, o direito à educação infantil, incluído no Art. 208, IV da Constituição, o qual explicita que “o dever do Estado com a educação será efetivado (...) mediante garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos”. (GASPAR, 2010, p. 122).

Mesmo com caráter educativo previsto na Constituição é somente com a LDB em 1996 que a educação infantil passa a integrar a educação básica, sendo considerada primeira etapa e tratada numa seção específica do documento (art. 29). A LDB coloca que a função primordial da educação infantil é o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade (atualmente cinco anos), estabelecendo que essa etapa da educação básica deva ser oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro e cinco anos. O artigo 30 dispõe sobre a questão da avaliação que será feita pelo acompanhamento e registro dodesenvolvimento infantil, sem objetivo de promoção.

Embora a LDB tenha significado um avanço em relação à educação infantil por considerá-la primeira etapa da educação básicaela ainda assim permanece totalmente sem uma política clara de financiamento. Essa lei reafirma a porcentagem prevista na Constituição em relação ao financiamento da educação, mas não propõe uma política de financiamento exclusiva da educação infantil.

A Educação Infantil além de não dispor de uma política de financiamento para que sua oferta se efetive, não se configura também como uma fase necessária para o acesso aos níveis deensino posteriores.Em relação à obrigatoriedade de se aplicar 25% dos impostos arrecadados na educação,deve-se ter claro que parte deste montante fica destinado ao Ensino Fundamental. Esse talvez seja o ponto onde a educação infantil seja deixada de lado, pois no artigo 212§ 3.º é colocada a questão de que “A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do **ensino obrigatório**”. Como a educação infantil é uma etapa ainda não obrigatória em sua totalidade esse trecho da lei de certa forma retira do município a responsabilidade de oferecer um maior número de vagas para esse período escolar.

O que se lê na Lei é uma sutil indução aos municípios para assumir este oferecimento, sem, contudo, atribuir-lhe o caráter obrigatório, posto que ao dizer que *os Municípios atuarão* ***prioritariamente*** *no ensino fundamental e pré-escolar*, não só desobriga osmunicípios de tal tarefa em relação ao ensino pré-escolar, como também deixa de fora a crecheque, conforme a LDB, faz parte da Educação Básica. (MESQUITA, 2005, p. 64)

Somente no ano de 2013, sancionada a Lei nº 12.796 é que se institui a obrigatoriedade do ensino a partir dos quatro anos de idade, tornando, portanto parte da educação infantil (a pré escola) como obrigatória.

Levando em consideração à questão da educação infantil como direito de todos assegurada em lei, entendemos que para a efetivação da oferta desta modalidade de ensino à população em sua totalidade é necessário que de fato ocorra o investimento independentemente da obrigatoriedade.

Educação de qualidade requer recursos e investimentos de qualidade, especificamente, para a faixa etária da qual nos referimos. De nada adianta “pregar” uma educação de qualidade e desconsiderar a base que é a educação infantil, que infelizmente até os dias de hoje vem sendo tratada com desleixo na sociedade brasileira.

**FUNDEF e FUNDEB – alguns apontamentos**

A história da educação brasileira é marcada por uma longa trajetória de lutas e reivindicações para o alcance de garantias de recursos financeiros para seu financiamento nos diferentes níveis de ensino. E, infelizmente, os resultados não são lá tão satisfatórios como desejado.

Segundo MESQUITA (2005),

embora a educação seja sempre tratada como prioridade nos Programas de Governo,independente dos partidos políticos, o que temos visto é uma aplicação do PIB na educação, variando entre 4 a 4.3%, segundo Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação.[[8]](#footnote-8)

Contudo, nem tudo é derrota e é ai que “surge” o estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal e, posteriormente, a instituição do FUNDEF, como já explicitado anteriormente. A mesma autora continua dizendo que com tal estabelecimento a União deixa de investir no ensino fundamental, apoiada no argumento de que com a existência de um fundo específico não tem maiores obrigações de investimentos ou de ampliação de recursos para solução de problemas educacionais.

Desde a criação do FUNDEF, os recursos relacionados ao ICMS, FPM, IPI que o município tem direito, já são repassados pelo Estado e pela União diretamente para uma conta específica criada em Banco Oficial, independente da vontade do Executivo. Sua aplicação deve ser acompanhada por um Conselho Fiscal formado por membros da sociedade, além da fiscalização por parte da Câmara de Vereadores.

Para chegar ao valor mínimo dos repasses do Fundo, o Governo Federal dispõe de dados emitidos pelo INEP (no que se refere à quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental), e do Censo Escolar anual, bem como da previsão orçamentária da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Espera-se que o número de alunos matriculados, multiplicado pelo valor *per capta,* seja compatível, em cada Município, Estado e no Distrito federal, com 15% dos impostos e transferências previstos em Lei, para a manutenção do ensino. Caso o valor encontrado nesta operação seja menor, o poder executivo perde parte do recurso, que vai, provavelmente, para outra cidade, em caso de recurso municipal. Caso o valor seja maior do que o de direito, a União fará a complementação. Neste caso, configura-se que o município atende mais alunos do que sua receita é capaz de manter. (MESQUITA, p.53, 2005)

Em outras palavras, quanto mais alunos, maior a garantia de permanência da receita.

De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho, o Governo Federal, com base na Lei nº 9.424/96, fixou o valor mínimo em R$ 315,00 para 1998 e 1999. A partir de 2000 diferenciou os valores para 1ª a 4ª, 5ª a 8ª e educação especial de forma a alcançar R$418,00 e R$438,90, respectivamente. Em 2004, o valor *per capta* foi de R$537,71 ano, para o aluno matriculado de 1ª a 4ª série e de R$564,60 ano, para o aluno matriculado de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

O valor mínimo anual por aluno da primeira à quarta série em 2005 foi de R$620,56, paraescolas urbanas e R$632,97, para as rurais; da quinta à oitava série, de R$651,59, para as urbanase R$664,59, para as rurais (pela primeira vez, os valores são diferenciados para alunos de escolasurbanas e rurais).Para alunos da educação especial, R$664,00.

O Tribunal de Contas da União recomenda, no relatório Fundef, mencionado por Mesquita (2005, p.56), que o MEC torne a discutir sobre a questão do cálculo do valor mínimo nacional por aluno, afim de não se ater apenas à um cálculo matematicamente estipulado mas que leve em consideração a qualidade da educação ofertada. Isso com base no índice de qualidade exposto pelo PISA[[9]](#footnote-9) em pesquisa realizada no ano de 2000, quando mostra o Brasil em 37 lugar em leitura e penúltimo em ciências e matemática numa avaliação de 41 países.

Em substituição ao FUNDEF criou-se o FUNDEB, como já foi mencionado anteriormente, este tem vigência prevista para o período de 2007-2020.

Com base em informações obtidas no Portal do FNDE, o aporte de recursos do governo federal ao FUNDEB, de R$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R$ 3,2 bilhões em 2008, R$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

Observamos agora um quadro construído pelo MEC onde são realizadas comparações entre os parâmetros do FUNDEF e do FUNBEB.



Analisando tais informações percebemos avanços em alguns aspectos, entretanto, tais valores estipulados ainda não são suficientes para prover uma educação de **qualidade** para todos. Ainda existe um número muito alto de crianças que não estão tendo tal direito garantido em lei.

Mesquita (2005, p. 113) faz uma crítica ao termo *prioritariamente* existente no art. 212 da CF, pois este difere-se muito do termo *obrigatoriamente* e impede a cobrança e exigência por parte da sociedade aos governos municipais.

Cabe-nos refletir sobre algumas questões referente à tudo que foi exposto até aqui: qual o real objetivo desses fundos criados? Instituir um valor financeiro que assegure realmente uma educação de qualidade ou apenas foi uma artimanha do governo para se eximir de algumas responsabilidades?

O que é mais importante, se preocupar com o número de crianças atendidas pelo sistema educacional ou quantas delas estão excluídas de seus direitos?

Mesquita (2005, p.111) ainda aponta “a criança da classe trabalhadora necessita deste espaço escolar para garantir-lhe ao menos, o direito de receber o mínimo; o direito de poder desenvolver habilidades e competências que não serão desenvolvidas no espaço familiar e no meio social.”

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_\_\_. **FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em 10 dez. 2015.

# \_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação.Ensino Fundamental de Nove Anos – Apresentação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos> Acesso em Dez de 2015.

# GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. Os impactos do FUNDEB na Educação Infantil brasileira: oferta, qualidade e financiamento. ****Evidência,**** Araxá - Mg, n. 6, p.121-136, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/213-804-1.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2015.

JESUS, Wellington Ferreira de. Financiamento da educação infantil não é brincadeira de criança: entre a ausência no Fundef e a insuficiência do Fundeb?. **Inter-ação: Rev. Fac. Educ. UFG,**Goiânia, v. 33, n. 2, p.281-296, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/5268/4671>. Acesso em: 07 dez. 2015.

KRAMER, Sonia. O papel social da educação infantil. Brasília: **Revista Textos do Brasil**, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1999. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat8.pdf > Acesso em: dez. 2015.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,**Goiânia, v. 27, n. 2, p.165-184, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/24768/14359>. Acesso em: dez. 2015.

# MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. ****POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE GOIÁS:**** O DESVELAMENTO DO REAL. 130 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\_busca/arquivo.php?codArquivo=80>. Acesso em: 05 dez. 2015.

# OLIVEIRA, Emanuelle. Financiamento da Educação. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/financiamento-da-educacao/>. Acesso em: 08 dez de 2015.

# SANTOMAURO, Beatriz; RATIER, Rodrigo. ****Por dentro da grana.**** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/por-dentro-grana-politicas-publicas-financiamento-dru-fundeb-pib-503941.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2015.

1. Aluna do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel. [↑](#footnote-ref-1)
2. Aluna do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel, professora de educação infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Céu Azul – PR. [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel (2015), professora de infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Céu Azul – PR [↑](#footnote-ref-3)
4. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel (2015), professora de educação infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - PR. [↑](#footnote-ref-4)
5. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel (2015), professora de educação infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Céu Azul – PR. [↑](#footnote-ref-5)
6. A ampliação do ensino fundamental começou a ser discutida no Brasil em 2004, mas o programa só teve início em algumas regiões a partir de 2005. O prazo para que o ensino fundamental seja de nove anos em todo o Brasil é até 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos> [↑](#footnote-ref-6)
7. Aprovada e sancionada pelo presidente Lula como EC n. 53, em 19/12/2006, convertendo-se finalmente na lei n. 11.494 de 20/06/2007, previsto para 14 anos, até 31 de dezembro de 2020. [↑](#footnote-ref-7)
8. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento daEducação, formado por representantes do INEP (Instituto Nacional de Estudos e PesquisasEducacionais), SE/MEC (Secretaria Executiva do Ministério da Educação), SPO/MEC(Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação), Casa Civil,Universidade de Brasília, Senado Federal dentre outros. [↑](#footnote-ref-8)
9. O PISA é desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo em cada país participante uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). [↑](#footnote-ref-9)